

**Secção/Área temática / Thematic Section/Area:
Sociologia do Turismo**

Turismo de Pesca na Amazônia Brasileira: reflexões sobre a categoria “águas de trabalho”

**LABORDA, Mayra; Universidade Federal do Amazonas. Centro de Ciências Ambientais. Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia; Manaus/Amazonas/Brasil.
mayra_laborda@id.uff.br**

SCHERER, Elenise; Universidade Federal do Amazonas. Manaus/Amazonas/Brasil.

Resumo

O objetivo deste estudo é compreender a categoria águas de trabalho sob a ótica da pesca esportiva na Amazônia. Para tanto, se utilizou de pesquisa bibliográfica e documental, focando nos estudos voltados para a compreensão do *modus vivendi* do ribeirinho amazônico e a relevância da água nesse contexto. Pode-se inferir que a categoria águas de trabalho, pensada para o ambiente aquático que promove a pesca de autossustento, possui funcionalidade e simbolismo dialogicamente contraditórios e similares daqueles utilizados para a pesca esportiva, sendo esta última pautada em questões econômicas e objetivos individuais, regidos sob a lógica do sistema capitalista que visa maximização de lucros, ao mesmo tempo em que visa benefícios coletivos e solidários.

Palavras-chave águas de trabalho. turismo de pesca. ribeirinhos. Amazônia.

Introdução

Os ribeirinhos amazônicos possuem sociabilidades voltadas para sua relação com as águas dos rios e lagos que margeiam seu território. Para realizar suas atividades de autossustento, desenvolveram ao longo dos séculos processos de adaptabilidade ambiental e social, de modo a lidar com o tempo ecológico que promove a subida e descida dos rios, “em um delicado equilíbrio entre a vida humana e a biodiversidade” (Witkoski, 2010, p. 33).

De acordo com Cunha (2000), a água é repleta de elementos imagéticos e, dialogicamente, é substância (matéria) e símbolo (imagem), o que resulta em valores e significados distintos, conforme o viés da análise. Ao pensar a água enquanto matéria, recorre-se aos recursos, dentre outros, de potabilidade, fonte de proteína, balneabilidade, mobilidade, higiene e lazer. Como símbolo, remete-se aos hábitos culturais, habilidade de navegação, técnicas de manejo, e a relação de pertencimento com o ambiente aquático, incluindo a ictiofauna, que rege majoritariamente seus saberes e fazeres, com destaque para a pesca.

A pesca é uma atividade presente no cotidiano de diversos povos e comunidades tradicionais do Brasil, sobretudo as comunidades ribeirinhas da Amazônia. Além de representar importante fonte de proteína, é utilizada com fins comerciais e recreativos, além do simbolismo cultural, uma vez que está presente no cotidiano do ribeirinho amazônico.

O turismo de pesca, por sua vez, se apropria desse ambiente/dessa cultura visando à maximização de lucros, imprimindo uma lógica individualista, ao mesmo tempo em que desperta senso de solidariedade e coletividade. A pesca esportiva é uma atividade presente em diversas comunidades ao redor da Amazônia e não pode ser deixada de lado na análise sobre o mundo das águas e a relação dos ribeirinhos com ela. Assim como em outros tipos de pesca, respeita o ciclo das águas e do mesmo modo que a pesca como atividade extrativista, a pesca esportiva também visa o autossustento das famílias, inclusive a obtenção de proteína animal, ainda que de forma indireta.

Lopes et al. (2022) sinaliza que há uma tendência de pescadores artesanais trabalharem com o turismo de pesca, motivados sobretudo, pelos benefícios econômicos e possíveis condições de trabalho menos degradantes. Além de uma alternativa econômica viável, o turismo de pesca é capaz de manter aspectos da cultura pesqueira por meio do etnoconhecimento dos ribeirinhos aplicado às dinâmicas de pesca esportiva. Ademais, pode proporcionar manutenção, conservação e restauração de estoques pesqueiros, desde que

realizada de forma ordenada e rigorosa, contemplando, minimamente, inventário e diagnóstico turísticos; monitoramento ambiental e qualificação dos trabalhadores do turismo, o que, geralmente, não ocorre no território amazônico (Lopes et al., 2022).

É nesse ínterim que o presente estudo se justifica, uma vez que intenta-se com essa nova possível categoria de análise – águas de trabalho para o turismo - ampliar os debates acerca da pesca esportiva sob a luz de uma análise crítica que contemple a complexidade da vida ribeirinha amazônica, a resiliência dos estoques pesqueiros e a dialética no par fenômeno/atividade do turismo de pesca, considerando as benesses econômicas e os efeitos sociais e ecológicos sobre o território.

Destaca-se, ainda, a importância da categoria para os estudos na Amazônia, a base para compreender o modo de vida do ribeirinho, o etnoconhecimento, a dinâmica de vida e sociabilidade dos ribeirinhos norteadas pelo ciclo das águas.

Diante desse contexto, o objetivo geral deste estudo foi compreender a categoria águas de trabalho sob a ótica da pesca esportiva na Amazônia. Para tanto, teve como objetivos específicos entender a dinâmica da pesca para os ribeirinhos amazônicos e analisar como o turismo se utiliza das águas de trabalho na pesca esportiva.

O estudo possui natureza qualitativa e se baseou na pesquisa bibliográfica e documental, tendo como principal obra analisada o livro de Antônio Witkoski, publicado originalmente em 2007, "Terras, Florestas e Águas de Trabalho", que enfoca o ribeirinho amazônico e as formas com que este utiliza os recursos naturais. Consultamos as bases científicas e repositórios acadêmicos, a saber: Science Direct, Redalyc, Scielo, Teses e Dissertações da CAPES, TEDE- UFAM e Repositório Digital do INPA. Nesse primeiro momento, a ideia foi reunir textos que pudessem subsidiar o livro "Terras, Florestas e Águas de Trabalho", de Antônio Witkoski. Para tanto, buscou-se por categorias relacionadas a ribeirinhos, pesca na Amazônia, turismo e pesca esportiva, modo de vida do ribeirinho, entre outras pertencentes ao mesmo universo categorial.

Além disso, fez-se uso de pesquisa documental, com: análise a cadernos de campo de uma das autoras, cadernos estes que continham conteúdos relacionados a consultorias de Turismo de pesca no Baixo Amazonas; e análise de relatórios técnicos e banco de dados disponíveis nas páginas virtuais da Secretaria de Estado e Meio Ambiente do Amazonas, Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas e da Empresa Estadual de Turismo do Amazonas.

Após o levantamento de dados, a sistematização e análise dos dados foi realizada segundo a análise de conteúdo preconizada por Bardin (2004), de modo que os dados

coletados foram organizados em quatro principais categorias, comportando as principais categorias de análise identificadas na obra de Witkoski (2010), quais sejam: modo de vida; pesca artesanal; pesca comercial; pesca esportiva; pistas para uma nova categoria (águas para o turismo).

Este estudo, de caráter ensaístico, está dividido em cinco partes, incluindo esta introdução. Na seção 1, a seguir, apresenta-se o conceito “águas de trabalho” evocado por Witkoski (2010) a partir de uma releitura de Garcia Jr. (1983) e suas análises acerca do ribeirão-camponês amazônico. Logo depois, na seção 2, descreve-se um breve panorama sobre o turismo de pesca na Amazônia. Posteriormente, na seção 3, discute-se e analisa-se os dados e as reflexões suscitadas que possibilitaram a elocubração acerca de uma nova categoria. Por fim, pontua-se os principais pontos críticos discutidos ao longo do estudo, bem como seus limites e perspectivas, sem perder de vista a noção de um estudo em construção.

1. Águas de Trabalho: um convite à categoria-tema

Os desafios coetâneos dos ribeirinhos-camponeses amazônicos envolvem, no formato interdisciplinar, o uso dos recursos naturais por intermédio da relação: terras, florestas e águas de trabalho. No viés da várzea amazônica, a utilização das águas de trabalho molda a vivência e a psicologia da vida local, visto que a funcionalidade deste recurso é uma característica ímpar para cada residente, seja como fonte de alimentação, transporte por vias fluviais, recurso de lazer e balneabilidade, entre outras. (Cunha, 2000; Witkoski, 2010).

Conforme Witkoski (2010, p. 12), “o camponês amazônico é possuidor de vasta experiência na utilização e conservação da biodiversidade e da ecologia dos ambientes terra, floresta e água, onde trabalham e vivem”. O sujeito social aborda o capital social nas práticas socioeconômicas, que é o agricultor/criador na terra; extrator de produtos vegetais, plantas e caça na floresta; extrator de produtos animais, pesca e caça na água.

Dessa forma, o processo adaptativo e a sazonalidade das águas marcam o tempo de trabalho e o tempo de produção. Portanto, cabe na reflexão deste estudo compreender a sustentabilidade nas atividades desenvolvidas. Logo, é de suma importância refletir sobre o lugar do indivíduo nessa sociedade (habitus, gerações, adaptabilidade, espaço-tempo) e os saberes e fazeres repassados de geração em geração por intermédio de relatos orais e trabalhos simultâneos que envolvem a terra, a floresta e a água (Witkoski, 2010).

De acordo com Witkoski (2010), os ambientes aquáticos são divididos em duas grandes unidades, a saber: os rios, territórios públicos; e os lagos, comumente compreendidos como territórios coletivos. É, portanto, essa unidade formada pelos rios e lagos que Witkoski (2010) intitula águas de trabalho.

As águas de trabalho são as responsáveis pela maior parte da produção de proteína animal necessária à vida camponesa [...] sem a abundante proteína proveniente da ictiofauna e sem o carboidrato oferecido pela farinha de mandioca, a vida na várzea certamente seria muito mais difícil, senão impossível (Witkoski, 2010, p. 290).

Dentro do contexto do par dialógico homem/natureza, cabe destacar a atualização da divisão sexual do trabalho, que em tempos passados ocorria predominantemente no campo: homens na pescaria e em trabalhos de construção. Mulheres na manutenção do lar, colheita e educação. Contexto constantemente ressignificado, ao passo que, hoje, é possível encontrar mulheres participando e também no comando da pesca (Figura 01), a exemplo do que ocorre no Baixo Amazonas com as camaroeiras (Diogene, Scherer, 2014 & Moraes, 2010).

Figura 1 - Pescadora com arpão para pescar pirarucu



Fonte: Moraes (2010).

Witkoski (2010, p. 191), reflete que “sem a enchente e a cheia, que fertilizam a terra. E sem a vazante e a seca, que propiciam as condições para que a terra seja fecundada, as várzeas como terras de trabalho não seriam possíveis”. O ambiente aquático mais procurado pelo pescador artesanal/comercial é o lago, tanto para captura de peixes de escama quanto para a captura do peixe liso. A Figura 02 retrata uma pescaria nos lagos. O ribeirinho conhece e respeita a quantidade de peixes que deve ser retirada dos lagos. No período da seca, os pescadores travam diversos conflitos com os pescadores comerciais, pescadores citadinos e, como veremos ao longo do texto, praticantes da pesca esportiva.

Figura 2 - Famílias de Amanã pescando



Fonte: Moraes (2010).

Na cheia, o ribeirinho-camponês deixa de ser, provisoriamente, agricultor, para se tornar essencialmente pescador. A pescaria é considerada como um dos elementos mais importantes da integração social da vida na várzea amazônica (intra e intercomunitária). Na seca, os conflitos são bem mais intensos, principalmente, entre pescador citadino (armador) x pescador artesanal x camponeses amazônicos que eventualmente trabalham com a pesca comercial para sobreviver. Nessa relação ocorre o impacto na vida socioeconômica dos varzeanos. A pesca comercial predatória é uma das motivações do conflito, situações que envolvem o uso de lagos de procriação para uso de pesca

comercial e pescadores comerciais exógenos que destroem a fauna aquática são uma das problemáticas nesse contexto amazônico.

Há ainda uma outra fonte de conflitos pouco abordada por Witkoski (2010), a pesca esportiva. Embora a modalidade seja praticada em todas as regiões brasileiras, é na Amazônia (principalmente na bacia dos rios Negro, Madeira, Xingu e Tapajós), e especificamente no Amazonas, que se encontram os principais destinos do país, sendo que muitos estão inseridos em Unidades de Conservação de uso sustentável ou no entorno delas, majoritariamente em Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reservas Extrativistas (RESEX) (Oliveira Júnior, 2019), sobretudo pela presença do tucunaré açu (*Cicla themensis*), espécie cobiçada pelos pescadores esportivos. Na seção a seguir, será apresentado um panorama sobre a pesca esportiva na Amazônia e a relação do ribeirinho com essa atividade.

2. Turismo de Pesca na Amazônia

O Amazonas é o berço do turismo praticado em áreas naturais, em virtude da repercussão imagética de sua megabiodiversidade e da visão anacrônica de Amazônia exótica, primitiva e intocada (Gondim, 1994; Ramos, 1995), comumente divulgada nos veículos publicitários de turismo. Dentre as modalidades praticadas no contexto não urbano, destaca-se o turismo de base comunitária e o turismo de pesca, tendo este último os principais destinos do país em território amazonense, quais sejam, os lagos de Balbina, no município de Presidente Figueiredo e os de Barcelos.

No que concerne às políticas públicas estaduais, o turismo de pesca figura como segmento prioritário desde o primeiro plano de turismo do estado, o Plano Vitória-régia, publicado em 2008. Entretanto, embora o plano mencionasse a necessidade do desenvolvimento de um turismo de pesca baseado no desenvolvimento sustentável, categoria-conceito em voga à época, não evidenciava a preocupação com os locais em que a pesca esportiva poderia ser realizada, nem mesmo quando presente em áreas protegidas (Santos & Conti, no prelo).

Diante disso, o turismo de pesca no Amazonas nasce no bojo lacunoso de políticas públicas deficitárias que convergiram na intensificação dos conflitos ambientais relacionados à pesca, incluindo a pesca esportiva, presentes em diversas partes do estado, o que não impediu a ascensão da atividade que, hoje, está entre as principais

práticas econômicas de alguns municípios do estado, ainda que praticada de maneira predatória.

O estado do Amazonas é procurado o ano inteiro por turistas de diversos países e, também, do Brasil, principalmente das regiões sul e sudeste. No período da vazante e seca, que vai de agosto a dezembro, se transforma no principal foco para os praticantes da pesca esportiva. Pode-se atribuir o crescimento do fluxo de turistas na temporada de pesca esportiva à divulgação nacional e internacional que o Governo do Estado realiza, por meio da Empresa Estadual de Turismo (AMAZONASTUR), e, também, à presença abundante de grandes exemplares de tucunarés, em rios de águas pretas da bacia amazônica, por ser esta a origem da espécie (Canas, 2012; Santos, 2019). Entre os municípios amazonenses conhecidos pela prática de “pesca esportiva”, estão aqueles localizados na calha do Rio Negro e na calha do rio Uatumã: Autazes, Barcelos, Nova Olinda, Borba, Presidente Figueiredo, Carreiro e Santa Izabel do Rio Negro (Canas, 2012, p.23).

O fluxo de turistas de pesca cresce vertiginosamente no estado. Em 2018, a emissão de carteira da pesca esportiva e recreativa aumentou em 389%. Segundo dados da AMAZONASTUR (Amazonas, 2018; 2019; 2020), divulgados durante o 1o Workshop de Pesca Esportiva do Amazonas, a atividade atrai mais de 20 mil turistas por ano e movimenta mais de 100 milhões de reais no estado, gerando renda direta em cerca de 28 municípios, abrangendo principalmente o setor de serviços – meios de hospedagem, agências de turismo, piloteiros, restaurantes, lojas de pesca, dentre outros.

Os discursos oficiais que incentivam e promovem a pesca esportiva no estado se sustentam sob o argumento econômico supracitado nos parágrafos anteriores, e comumente invisibilizam os conflitos existentes. De acordo com Oviedo e Burzstyn (2003) e Santos, Silva e Conti (2019), em função do declínio da capacidade de resiliência dos estoques pesqueiros e a ausência de gestão governamental efetiva na regulamentação da pesca, os conflitos se intensificaram, não só em quantidade, mas também em nível de profundidade, com relatos de violência física e confronto armado.

Em muitos casos, pescadores locais, que vivem ao redor dos lagos, confrontam pescadores “de fora” que utilizam artes com maior poder de pesca. Para defender as suas áreas de pesca, que elas consideram de propriedade da comunidade, muitas comunidades da várzea começaram a desenvolver e implementar sistemas ou regras de manejo (Oviedo; Burzstyn, 2003, p. 188).

Esses conflitos envolvem, ainda, segundo Santos, Silva e Conti (2019), pescadores esportivos, que são vistos pelos ribeirinhos como "forasteiros/invasores" de modo similar à visão que possuem dos pescadores comerciais de fora do território da comunidade. Nesse contexto, as águas se tornam territórios em disputa; e a pesca, ofício a ser requestado de modo inamistoso.

Nesse contexto de território em disputa, Witkoski (2010) destaca que os camponeses da calha do Solimões e Amazonas passam a compreender a ameaça latente ao meio aquático, de onde retiram sua principal fonte de proteína. Segundo o autor, é nesse ínterim que surge a subdivisão retromencionada na seção anterior: rios e lagos. Quanto aos lagos, tem-se: lagos de procriação (lagos sagrados); lagos de manutenção (autossustento da família camponesa); e lagos livres (destinados à pesca comercial). Aqui, propõe-se a ampliação da categoria lagos livres, de modo que contemplem a prática da pesca esportiva.

3. Águas de Trabalho para o Turismo: breves elucubrações sobre uma possível categoria de análise

Diferentemente do que destaca Witkoski (2010), ao revisitar Garcia Jr. (1983), considera-se a pesca esportiva socialmente como trabalho, ainda que seja realizada de acordo com o ciclo das águas, de maneira temporária e visando o autossustento das famílias. Para Santos e Conti (no prelo), as funções exercidas pelos ribeirinhos do Baixo Amazonas durante a temporada de pesca, seja piloteiro ou camareira, têm funcionalidade muito específicas: vender a força de trabalho em troca do necessário para sua reprodução social. Ainda que em moldes distintos daqueles observados nos centros urbanos.

A pesca esportiva se utiliza do mesmo ambiente e são os pescadores, artesanais e comerciais, que prestam serviços aos turistas. Contudo, a lógica da pesca esportiva está subsumida em uma lógica individualista e de competitividade, seja por parte dos trabalhadores, o que de certo modo se assemelha ao *modus operandi* de alguns pescadores comerciais, seja por parte das empresas de turismo, e mesmo dos pescadores esportivos/turistas.

Os ambientes utilizados para a pesca esportiva são os lagos. Considerando a ampliação proposta na Seção 3 deste estudo, o turismo de pesca, em tese, deve ocorrer nos lagos livres. No entanto, Santos (2019), Santos, Silva e Conti e Santos e Conti (no

prelo) observaram que em algumas regiões do Baixo Amazonas há uma tendência de abertura dos lagos de procriação e dos lagos de manutenção. Segundo as autoras, conforme o turismo de pesca avança nos territórios de povos e comunidades tradicionais, sobretudo em Unidades de Conservação, as benesses econômicas passam a cancelar subversões nas regras de pesca. Assim, lagos que, antes, eram considerados sagrados e voltados à manutenção da resiliência do estoque pesqueiro, visando o bem viver da comunidade local, são abertos para a prática da pesca esportiva.

Compreende-se que as águas de trabalho, antes principal fonte da proteína animal, ampliam-se e ressignificam-se para, agora, também, ser fonte indireta para a obtenção de bens de prestígio, bens que não são produzidos e nem podem ser adquiridos dentro da comunidade, é preciso buscar fora dela, como eletrodomésticos, por exemplo. Em que o ribeirão-camponês amazônico presta serviços em troca de dinheiro, para que desse modo tenha acesso a bens de fora da comunidade, ou mesmo, outros tipos de proteína, como a carne vermelha, ou ainda combustível para embarcações, eletrodomésticos, entre outros, conforme identificou Santos (2019).

A ligação com o ambiente aquático para a pesca esportiva também se dá com extrema plasticidade, do mesmo modo que a utilização do ambiente para o autossustento e/ou pesca comercial. A atividade ocorre uma vez por ano, durante a temporada de pesca, geralmente no período da vazante. Para Santos e Conti (no prelo, p. 04):

há um abandono das funções e do uso social do território para o recebimento de novas atribuições e sociabilidades. O território que, anteriormente, era organizado em prol do autossustento e bem viver dos grupos sociais locais, balizado pelos valores simbólicos, converte-se em um território com fins pragmáticos e funcionais, voltado para a satisfação de agentes externos: o turista.

Cabe destacar que a pesca esportiva é vista sob um par dialógico, atividade de autossustento-atividade comercial. Ao mesmo tempo em que se abrem os territórios para fins comerciais, visando à obtenção de lucro econômico, objetiva-se também a garantia do autossustento dos ribeirinhos envolvidos na atividade, e também daqueles não envolvidos, uma vez que em boa parte das comunidades em que a atividade de pesca esportiva acontece há uma parcela econômica destinada a melhorias na comunidade. Aqui, cabe demarcar a diferença dos termos subsistência e autossustento, em que recorrentemente o primeiro termo é usado sob um olhar romantizador e

cristalizado no tempo, em que qualquer atividade de troca, caracteriza comércio/obtenção de lucro. Por "autossustento", na leitura feita neste estudo, entende-se as atividades que propiciam a manutenção das práticas sociais e o bem viver dos indivíduos em questão, ainda que para isso sejam realizadas vendas de produtos e serviços (sem deixar de considerar a escala e a intensidade). Desse modo, propõe-se a substituição do termo bens de subsistência por bens de autossustento. O que de certo modo é abordado por Witkoski (2010) no Capítulo 4 do livro, O "Camponês e o mito de Sísifo".

Ademais, como síntese da proposta de águas de trabalho para o turismo, sugere-se a ampliação para outros ambientes amazônicos além da várzea, ainda que isso exija uma revisão na categoria ribeirinho-camponês amazônico. A pesca esportiva é uma atividade presente em diversas comunidades ao redor da Amazônia e não pode ser deixada de lado na análise sobre o mundo das águas e a relação dos ribeirinhos com ela. Assim como em outros tipos de pesca, respeita o ciclo das águas e do mesmo modo que a pesca como atividade extrativista, a pesca esportiva também visa o autossustento das famílias, inclusive a obtenção de proteína animal, ainda que de forma indireta.

Percebe-se também, na pesca esportiva, hábitos derivados dos índios das águas, os antecessores do camponês amazônico (Witkoski, 2010), como as noções de lugar, de tempo propícios a pesca de cada espécie. E ao considerar a cultura como viva e em processo de transformação, em que as tradições são a todo tempo revisitadas e atualizadas (Grunewald, 2003; Renger; Robsbawn, 2008; Santos, Conti & Silva, 2019) a prática da pesca esportiva se torna uma marca cultural dos povos e comunidades que a praticam, ainda que datem de tempos coetâneos.

4. Considerações Finais

O estudo visou refletir sobre/propor a ampliação da categoria águas de trabalho proposta por Antônio Witkoski. Pensar a pesca esportiva em contexto amazônico requer compreender o *modus vivendi* do ribeirinho que tece a sua vida às margens dos rios e lagos, dos quais tira sua principal fonte de proteína e, também, o "excedente" para comercialização. Dessa forma, propôs-se ao longo do texto a inclusão da pesca esportiva nas águas de trabalho, pautando essa atividade-fenômeno como indissociável do *habitus* de diversas comunidades amazônicas.

Revisitou-se ainda as categorias lagos livres e bens de subsistência, sugerindo-se atualizações de modo a comportar a complexa rede de sociabilidades do ribeirinho amazônico, que ao contrário do que pregam as visões anacrônicas com vieses funcionalistas, está longe de ser cristalizada e imutável.

Considera-se, mediante as discussões propiciadas por este estudo, a imperiosidade de se pensar e analisar a pesca esportiva a partir de um par dialógico de atividade comercial/atividade de autossustento. mapeando as controvérsias e aproximações entre objetivos individualistas de maximização de lucro e objetivos coletivos em prol do bem viver.

Durante o processo de tessitura do texto, buscou-se articular as categorias que envolvem o modo de vida, a pesca artesanal, a pesca comercial e a pesca esportiva considerando uma reflexão ecossociológica acerca das águas de trabalho para o turismo, visto que a dinâmica de vida, a sociabilidade dos ribeirinhos, o etnoconhecimento e os saberes e fazeres são importantes para compreender os efeitos sociais e ecológicos sobre o território.

Nota: Por decisão pessoal, os autores do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

AMAZONAS (2002). *Decreto no 22.747, de 26 de junho de 2002*, que regulamenta a pesca esportiva, recreativa e de subsistência no estado.

AMAZONAS (2021). *Lago do Acajatuba terá recorde de pesca com benefício direto para mais de 400 famílias*. Disponível em: Lago do Acajatuba terá acordo de pesca com benefício direto para mais de 400 famílias (amazonas.am.gov.br). Acesso em ago. 2021.

AMAZONAS (2018). *Decreto Lei no 39.125, de 14 de junho de 2018*. Regulamento a pesca amadora no Estado do Amazonas revoga o Decreto no 22.747, de 26 de junho de 2002, e dá outras providências.

AMAZONASTUR (2021). *Governo do Estado discute diretrizes para o ordenamento da pesca esportiva no Amazonas*. Disponível em: <http://www.amazonastur.am.gov.br/governo-do-estado-discute-diretrizes-para-o-ordenamento-da-pesca-esportiva-no-amazonas> Acesso em ago. 2021.

- BARDIN, L. (2004). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BRASIL (2010). *Turismo de Pesca: Orientações Básicas*. Brasília: Ministério do Turismo.
- CAÑAS, R. P. A. (2012). *Conflitos Silenciosos: A Pesca Amadora no Lago de Balbina, Presidente Figueiredo, Amazonas*. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.
- CUNHA, L. H. (2000). de O. Significados Múltiplos das Águas. IN: DIEGUES, A. C. (Org.) *A imagem das águas*. São Paulo: HUCITEC.
- GONDIM, N. (1994). *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero.
- GRUNEWALD, R. A. (2003). Turismo e Etnicidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 141-159, out.
- HOBSBAWN, E.; RANGER, T. (2008). *A invenção das Tradições*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 6a ed.
- LABORDA, M.; SCHERER, E. (2022). Dinâmica(s) de Trabalho Ribeirinho-campesino na Amazônia: reflexões a partir da regulação do metabolismo social da natureza. *Coletânea Fazendo Antropologia no Alto Solimões*. 30ª edição.
- LOPES, K.; OLIVEIRA, P.; LUIZ, F.; RAMIRES, M. (2022). O turismo de pesca no Mato Grosso: uma análise socioambiental. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, 1v. 5, n. 2. <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2022.v15.12472>
- MORAES, R. F. C. (2010). *As mulheres do manejo de pirarucu de Maraã / Amazonas*. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/245/o/RAFAEL.pdf>
- RAMOS, A. R. (1995). O índio hiper-real. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.10 n.28.
- SANTOS, M. L.; CRUZ, J. G.; Silva, C. L. (2019). Indígenas na cidade de Manaus: promoção da diversidade cultural em espaços com a presença do turismo. *Caderno Virtual de Turismo*, 19, (2), DOI: <https://doi.org/10.18472/cvt.19n2.2019.1511>
- SANTOS, M. L.; SILVA, M. H.; CONTI, B. R. (2019). Memória Coletiva, Gestão de Recursos Comuns e Turismo no Amazonas. *Revista Iberoamericana de Turismo*, v.09, Dossiê especial Memória e Turismo, Recuperado de: <http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/7094/5218>

- SANTOS, M. L. (2019). *Gestão do Turismo em Unidades de Conservação da Amazônia: O caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã/Amazonas* (Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGTUR/UFF), Niterói-RJ. Recuperado de:
<http://www.ppgtur.uff.br/index.php/publicacoes/dissertacoes>
- SANTOS, M. L.; CONTI, B. R. (no prelo). *Turismo de Pesca em Unidades de Conservação da Amazônia: reflexões a partir do território*.
- DIOGENES, A. M.; SCHERER, E. F. (2014). O lugar da pesca de camarão em Parintins: as camaroeiras e o seguro defeso. In: Maria do Rosario de Fatima Leitao. (Org.). *Pesca, Turismo e Meio Ambiente*. Recife: EDUFRPE, v. 01, p. 123-144.
- OLIVEIRA JUNIOR, F. (2019). *Diagnóstico do potencial da atividade de pesca esportiva no Rio Cuieiras, na área da Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS Puranga Conquista*. Dissertação apresentada ao Mestrado de Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 2019. Manaus-AM: INPA.
- OVIEDO, Antônio; BURZSTYN, Marcel. (2003). A quem confiamos os recursos comuns? Estado, mercado ou comunidades – lições aprendidas com o manejo de pesca na Amazônia. *Sociedade e Estado*, v.18, n.1-2, p.177-198.
- WITKOSKI, A. C. (2010). *Terras, Florestas e Águas de Trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. São Paulo: Annablume.